

Programa de Governo da Unidade Popular para João Pessoa (setembro de 2020)

APRESENTAÇÃO

O programa de governo da Unidade Popular que apresentamos agora está norteado por três princípios: 1. **defesa das liberdades democráticas** conquistadas com muito sangue na luta para derrotar a Ditadura Militar; 2. **enfrentamento às forças fascistas** hoje presentes na sociedade; 3. **construção da sociedade socialista**, que significa a superação do sistema capitalista, e não apenas a adoção de medidas paliativas.

Um programa com este caráter só pode ser efetivado a partir de uma ampla mobilização popular, devendo a gestão da Prefeitura atuar como um agente de promoção dos espaços democráticos. Assim, dentro de cada proposta aqui elencada está presente a ideia de formação de conselhos populares, de diálogo com as organizações constituídas da sociedade civil e com a Câmara Municipal, além da indispensável relação entre os eixos, secretarias e políticas públicas.

Também faz parte da nossa concepção de gestão a mais completa transparência quanto à execução do orçamento público. Além disso, nossas parcerias técnico-científicas serão prioritariamente com as instituições públicas de ensino superior presentes em João Pessoa (UFPB, IFPB e UEPB), uma vez que desenvolvem trabalhos de excelência em contato com a realidade local, sem fins lucrativos.

Só com o povo organizado podemos pensar e construir uma cidade inclusiva e em consonância com a natureza. Vamos juntos com a Unidade Popular!

“O povo quer viver sua cidade”

***Setembro de 2020
Diretório Municipal da UP***

PONTOS DO PROGRAMA

1. Administração e Finanças

1 Efetivar, de fato, o Conselho da Cidade, órgão de participação popular com o objetivo de auxiliar a Prefeitura na tomada de decisões sobre os aspectos mais gerais da vida da cidade e da administração pública, tais como Plano Diretor, Plano de Mobilidade Urbana, cooperação entre os municípios da Região Metropolitana, etc. O Conselho da Cidade será composto por delegados eleitos nas conferências zonais e por delegados das entidades de classe e demais organizações da sociedade civil.

2 Liderar os esforços de cooperação entre as Prefeituras da Região Metropolitana nas mais diversas áreas, como mobilidade urbana, saneamento básico, preservação da natureza, etc., uma vez que João Pessoa é a Capital do Estado.

3 Não celebrar contratos do tipo parceria público-privada nem com as chamadas Organizações Sociais (OS) para desenvolver atividades de gestão de hospitais, escolas, obras e demais setores da administração pública.

4 Realizar uma auditoria da dívida pública do Município com entes estatais e privados para eliminar irregularidades e renegociar dívidas que só servem para sangrar os recursos públicos e enriquecer bancos e especuladores do sistema financeiro.

5 Realizar uma auditoria dos grandes devedores de impostos para que estes quitem integralmente suas obrigações, de modo a efetivar uma importante entrada de recursos para o orçamento da Prefeitura.

6 Ampliar os serviços da Ouvidoria para que este órgão possa ser, de fato, um canal direito entre a população e a Prefeitura para sugestões, queixas e denúncias.

7 Fazer das Subprefeituras de Mangabeira e Tambaú órgãos representação efetiva da administração central no dia a dia das pessoas, e não apenas espaços para uma prestação de serviços bastante restrita, como é hoje.

8 Aplicar a cobrança da contribuição de melhoria, prevista no Código Tributário Nacional, em razão dos custos de obras públicas que resultem em valorização imobiliária, como no caso em curso das calçadas da Av. Epitácio Pessoa.

2. Funcionalismo Público

9 Revogar a Reforma da Previdência Municipal para garantir o direito à aposentadoria dos servidores públicos e não colocar o dinheiro da aposentadoria no mercado financeiro.

10 Estabelecer a jornada de trabalho de 30 horas semanais para todas as categorias que hoje trabalhem acima disto, sem redução de salários, para oferecer melhores condições de vida aos servidores públicos, eliminar a sobrecarga e realizar concursos públicos para atender a demanda de serviços.

11 Em quatro anos, fazer os concursos necessários e assegurar os planos de carreira (com aumento real dos salários) das categorias profissionais dos servidores públicos do Município.

12 Construir uma relação de total respeito com as entidades de classe (sindicatos, conselhos, ordens, associações, etc.) com representatividade entre as categoriais profissionais dos servidores públicos do Município.

13 Reduzir o número de prestadores de serviço e cargos comissionados à medida que forem realizados os concursos públicos, não se restringindo aos previstos pelo Termo de Ajustamento de Conduta entre PMJP e MPE acordado no último mês de agosto.

14 Realizar um mutirão de atualização do cadastro de todos os imóveis da cidade para corrigir as distorções nas taxas de IPTU, isentando de seu pagamento as famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo e estabelecendo alíquotas progressivas. Ou seja, quem tem maior renda e possui imóveis de maior valor de mercado, pagará um maior percentual de IPTU.

3. Direitos Humanos, Mulheres, Negritude, LGBTTs, Juventude, Pessoas com Deficiência, Pessoa Idosa

15 Reforçar a Secretaria das Mulheres e toda sua estrutura organizativa. Entre outros aspectos, a pandemia da Covid-19 escancarou a violência contra as mulheres, o preconceito disseminado na sociedade e que, em tempos de crise econômica e social, as mulheres são a parcela da população que mais sofre.

16 Unificar as demais políticas públicas relacionadas aos Direitos Humanos numa única Secretaria, que congregue as Coordenadorias da Negritude, da Comunidade LGBTT, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa (algumas hoje subordinadas ao Gabinete do Prefeito), como forma de aproximar todas estas pautas das organizações sociais setoriais e da população em geral. Promover campanhas educativas permanentes e em massa sobre estes quatro eixos.

17 Organizar pelo menos cinco Centros de Referência da Mulher e duas casas-abrigo na cidade, oferecendo apoio multiprofissional às vítimas de violência

doméstica, violência sexual, violência obstétrica, assédio moral, fortalecendo a rede de apoio junto às organizações feministas.

18 Apresentar Projeto de Lei que institui como feriado civil o dia 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra).

19 Assegurar a liberdade religiosa, especialmente a promoção do respeito às religiões de matriz afro-brasileira (candomblé e umbanda).

20 Efetivar a Lei 10.639/2003, que assegura o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena em todas as escolas.

21 Apresentar Projeto de Lei para destinação de 30% das vagas em concursos públicos para a população preta e indígena.

22 Criar a casa-abrigo para membros da comunidade LGBTT vítimas de exclusão familiar, seja por processo de violência física ou psicológica, de modo que não fiquem desamparadas e contem com apoio multiprofissional.

23 Assegurar o uso do nome social em todos os formulários, protocolos e demais atos no âmbito da administração municipal para pessoas transgênero e não-binárias.

24 Organizar todos os espaços públicos, e cobrar o cumprimento das diretrizes nos espaços privados, no sentido de garantir o pleno acesso das pessoas com deficiência à cidade.

25 Promover permanentemente fóruns de discussão para pessoas com deficiência darem visibilidade de suas demandas, garantindo, inclusive, acesso às tecnologias que viabilizam tal participação.

26 Apresentar Projeto de Lei para retirada de estátuas, nomes de ruas, praças, escolas e demais logradouros e equipamentos municipais que homenageiam personalidades racistas, fascistas e integrantes dos governos e órgãos de repressão da Ditadura Militar.

27 Encaminhar as orientações do relatório final da Comissão Municipal da Verdade para contribuir com a luta pela Justiça de Transição no Brasil. Ditadura Militar nunca mais! Para que não se esqueça! Para que nunca mais aconteça!

28 Assegurar o respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a formação continuada para os agentes do Sistema de Garantia de Direitos (Conselhos Tutelares, Cras, Creas, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, etc.).

29 Ampliar os espaços, atividades cotidianas e eventos para a livre manifestação política e cultural da juventude, especialmente para a juventude negra e pobre, muitas vezes segregada dentro da própria cidade.

4. Natureza

30 Trabalhar pela preservação de todo o manancial hídrico da cidade (rios e nascentes), tanto em relação ao consumo de água pela população quanto relação à preservação da biodiversidade.

31 Elaborar um macro-estudo sobre a Barreira do Cabo Branco, levando em conta a preservação da vida marinha e a contenção do desgaste da falésia. Não é possível mais gastar recursos públicos em obras paliativas. Precisamos encontrar uma solução duradoura para este problema, que afeta a natureza e este ponto turístico da nossa cidade.

32 Garantir o cumprimento da Lei Municipal que proíbe o emprego de veículos de tração animal, a condução de animais com carga e o trânsito montado pela cidade, assegurando apoio material e logístico às famílias que sobrevivem, por exemplo, da coleta de material reciclável.

33 Desenvolver parcerias com Ibama, ICMBio e Governo do Estado (Jardim Botânico) para a preservação, o estudo e o turismo ecológico da Mata Atlântica presente em nossa cidade, especialmente a reserva da Mata do Buraquinho.

34 Combater o desmatamento em nossa cidade, inclusive aquele encoberto sob a falsa ideia de “desenvolvimento urbano”, que, na verdade, devastou, nos últimos 18 anos, o equivalente a 625 campos de futebol.

35 Executar um programa de rearborização de João Pessoa, que já foi conhecida como uma das mais verdes do Brasil, tratando também da saúde das árvores já existentes enquanto ação de preservação da natureza e para evitar acidentes com quedas de árvores.

36 Recuperar urgentemente as instalações do Centro de Zoonoses e construir um Hospital Veterinário Municipal. Também, num primeiro momento, estabelecer convênios com clínicas veterinárias indicadas por organizações da sociedade civil que defendem a causa animal, a fim de descentralizar ações de cuidado com os animais e de construir um projeto para a criação de Postos de Saúde Veterinários.

5. Educação

37 Erradicar o analfabetismo na cidade, que soma hoje mais de 37 mil pessoas nesta condição. Organizar Brigadas de Ensino com turmas nos bairros, utilizando escolas municipais, estaduais, associações de moradores e centros comunitários. Cada turma terá duração de cinco meses, num total de 120 horas/aula. Cada estudante receberá uma bolsa-incentivo de R\$ 200, material didático e fardamento. Os monitores serão selecionados entre estudantes universitários e educadores populares.

38 Valorizar os profissionais da educação (docência, suporte pedagógico, administração escolar, planejamento, supervisão, orientação educacional,

assistência social e de psicologia) com reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração em diálogo com o sindicato da categoria (Sintem), bem como com a realização de concurso para que todos os profissionais sejam do quadro efetivo.

39 Construir novas creches (Creis) e pré-escolas (tornando também todas unidades já existentes com funcionamento em tempo integral), inclusive com ampliação do atendimento dos Creis para o turno noturno para contemplar as mães que trabalham ou estudam à noite.

40 Garantir o caráter laico da educação pública, equipamentos tecnológicos que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem, valorização da história negra e indígena, promoção do ensino de artes, xadrez e educação física, conteúdos relacionados aos direitos humanos, à preservação da natureza, educação para o trânsito, acompanhamento psicológico e alimentação para estudantes e educadores, especialmente a partir da agricultura familiar. Educação sexual nas escolas para promover o cuidado com a saúde, o respeito à diversidade sexual e o combate à pedofilia.

6. Saúde

41 Defender, de forma intransigente o SUS e a efetivação do controle social previsto na Constituição Federal.

42 Efetivar a Atenção Básica em Saúde como política prioritária para o Município, atuando especialmente no nível da prevenção com a implementação do Programa de Saúde da Família em todos os bairros da cidade.

43 Investir também na prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis, tanto quanto à manifestação da doença em si quanto por meio de medidas profiláticas que impeçam o agravamento das já existentes. Para isso, as Unidades Básicas de Saúde devem dispor de equipes multidisciplinares capazes de oferecer uma diversidade de atividades à população, como orientação nutricional, atividades físicas e oficinas de autocuidado, englobando ainda o incremento das equipes de Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD).

44 Realizar concursos públicos para garantir que todos os profissionais da saúde sejam do quadro efetivo do Município, eliminando a carência de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e de laboratório, bioquímicos, biomédicos, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiologistas, agentes comunitários de saúde, agentes de combate a endemias e demais profissionais. Garantia de equipes multiprofissionais nos Postos de Saúde, Unidades Básicas de Saúde, UPAs, hospitais, enfim, no sistema de saúde como um todo.

45 Realizar um investimento especial na contratação de profissionais e aquisição de equipamentos para o Laboratório Central do Município (Lacen), ampliando, assim, seus serviços. A pandemia da Covid-19 provou que um serviço eficaz e massivo de testagem é indispensável para combater situações emergenciais de propagação de doenças.

46 Investir no Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), cuja finalidade é fiscalizar o descumprimento das normas de saúde no ambiente de trabalho, antecipando-se a eventuais problemas e, assim, preservando a integridade física dos trabalhadores e evitando mais gastos com tratamentos de saúde. O Cerest também presta apoio nos processos de confirmação de acidentes, doenças e agravos decorrentes do trabalho e acompanha, com médicos especialistas, trabalhadores que já estão em tratamento.

47 Ampliar a rede de Centros de Atendimento Psicossocial (Capes) e construir uma unidade do Pronto-Atendimento em Saúde Mental na região central da cidade para emergências psiquiátricas. A pandemia da Covid-19 também agravou a situação das pessoas que sofrem com algum tipo de sofrimento ou transtorno quanto à saúde mental.

48 Desenvolver os mecanismos já existentes para as especificidades da saúde da mulher, desde o período da juventude, passando pelas demandas das gestantes e parturientes, até as mulheres idosas.

7. Emprego, Renda, Economia Solidária, Turismo e Patrimônio Histórico

49 Incentivo ao primeiro emprego a partir da capacitação técnica e a reserva de vagas de estágio no serviço público municipal.

50 Incentivar a criação e a adoção de moedas sociais, a partir de uma rede de bancos comunitários, para que a população de cada localidade possa adquirir produtos e serviços dos micro e pequenos comerciantes do próprio local, na perspectiva da Economia Solidária.

51 Celebrar convênios com cooperativas de trabalhadores nas mais diversas áreas (coleta de resíduos sólidos, transporte, habitação, educação popular, movelaria, produção artística, etc.) para estimular a organização popular em contraposição à lógica do lucro das grandes empresas.

52 Criar um Shopping Popular em Mangabeira.

53 Priorizar a aquisição de alimentos de origem da agricultura familiar e da agroecologia (para além dos 30% estabelecidos em lei), como forma de ofertar alimentos mais saudáveis na rede de ensino e restaurantes populares e para valorizar o trabalho dos pequenos agricultores.

54 Desenvolver o turismo em João Pessoa na perspectiva da preservação da natureza, da economia solidária, da valorização da nossa história, cultura e patrimônio material. Publicar um grande site para incrementar a publicidade sobre nossa cidade.

55 Transformar o Mercado Central num Mercado Popular Modelo, ponto de comércio, gastronomia e turismo, a exemplo de mercados conhecidos nacionalmente.

56 Estabelecer convênios com as Prefeituras Municipais do Litoral Norte e Litoral Sul, no sentido de que João Pessoa é a principal porta de entrada de turistas na Paraíba, por ser a Capital do Estado.

57 Valorizar a marca que nossa cidade carrega como “Ponto Mais Oriental das Américas”, “Onde o sol nasce primeiro”. João Pessoa está no mapa mundial devido à Ponta do Seixas, mas as seguidas gestões municipais nunca deram a devida importância a este fato. Neste sentido, é preciso realizar um estudo urbanístico de melhoramento da infraestrutura da praia do Seixas, incluindo calçamento das ruas, placas indicativas, praça central, apoio aos comerciantes e instalação de um monumento deste ponto geográfico e turístico. Também construir a cultura no “Nascer do Sol no Seixas”, assim como existe há décadas, com grande êxito, o “Pôr do Sol no Jacaré”, em Cabedelo.

8. Planejamento e ações estruturantes da cidade

58 Suspender o convênio entre a PMJP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), denominado “Programa João Pessoa Sustentável”. Este programa prevê a remoção de famílias dos locais onde moram há décadas e ainda vai gerar uma gigantesca dívida pública, prevista para ser paga ao longo de mais de 40 anos. O futuro da nossa cidade não pode ficar nas mãos de um banco!

59 Após suspender o convênio com o BID, dar prosseguimento à atualização do Plano Diretor de João Pessoa, de forma participativa e democrática. Não queremos uma cidade pensada e planejada em benefício do capital internacional.

60 Elaborar Projeto de Lei para rever a recente alteração feita pela Câmara de Vereadores no Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb), que incluiu nas possibilidades de aplicação dos recursos todas as áreas da cidade, retirando dos bairros periféricos (Zonas Especiais de Interesse Social – Zeis) sua exclusividade.

61 Construção de mais restaurantes populares e de lavanderias comunitárias para todas as famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo por mês.

62 Estabelecer como prioridades para obras de infraestrutura, calçamento, pavimentação e recapeamento os bairros periféricos e vias de maior fluxo de veículos automotores.

63 Fortalecer a Emlur (Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana) com a realização de concursos públicos para os setores de administração, fiscalização e operação (coleta, varrição, etc.), oferecendo um serviço regular à população, que tanto sofreu com problemas neste ano de 2020.

64 Priorizar, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia (Secitec), ações para ampliar o acesso à internet banda larga (via cabo e wi-fi), pois a exclusão digital ficou ainda mais evidente com a dificuldade de acesso das pessoas neste período de pandemia.

9. Mobilidade Urbana

65 Suspender a tramitação do Plano de Mobilidade Urbana, uma vez que toda sua fundamentação foi feita a partir das experiências anteriores à pandemia da Covid-19, que agora impôs novos conceitos e práticas de segurança sanitária. Também é preciso encarar a mobilidade urbana como um direito que permite o acesso a outros direitos, e não como um simples serviço.

66 Reduzir, de imediato, o preço da passagem de ônibus em 20% (de R\$ 4,15 para R\$ 3,30) e garantir o passe-livre para estudantes e desempregados. Implantar o bilhete único diário. Realizar estudos em torno do preço da passagem para analisar uma redução ainda maior.

67 Criar uma empresa pública municipal de transporte coletivo visando, até o final da gestão, que esta represente toda a frota de ônibus da capital. Por um transporte coletivo 100% público! Fim do monopólio de uma família sobre nosso direito de ir e vir!

68 Criar, melhorar e ampliar os terminais de ônibus coletivos, interligando também os modais (ônibus, trem e bicicleta). Concluir os estudos de viabilidade de implantação do BRT nas principais avenidas da cidade. Apresentar às Prefeituras de Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Conde e Lucena, ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa projeto de criação de um consórcio metropolitano de transporte coletivo.

69 Ampliar o número de ciclovias e ciclofaixas para todas as regiões da cidade, especialmente para os bairros periféricos, garantindo mais segurança para os trabalhadores se deslocarem diariamente de suas casas para os locais de trabalho, diminuindo o trânsito, reduzindo a emissão de poluentes e o número de acidentes.

70 Reformular o Conselho de Transporte e Trânsito de João Pessoa, garantindo mais participação popular, transparência nas planilhas de custos de operação e que este se transforme, de fato, num órgão auxiliar da Semob, e não se resuma a uma instância para validar os constantes aumentos de passagens.

10. Moradia Popular

71 Promover uma profunda Reforma Urbana, que democratize o espaço da cidade. Garantir que imóveis e terrenos desocupados sejam destinados à eliminação do déficit habitacional.

72 Realizar a regularização fundiária de unidades habitacionais em favelas, ocupações e bairros populares para garantir o direito humano à moradia, assim como um programa de apoio e financiamento de reformas nas casas.

73 Não realizar despejos de ocupações de moradores sob nenhuma hipótese, partindo do princípio de “morar dignamente é um direito humano”. Portanto, o desafio de uma gestão municipal em nossa cidade é o de superar a falta de mais de 30 mil unidades habitacionais para o povo pobre, e não de desabrigar ainda mais famílias.

74 Criar um fundo e um programa de habitação para moradia popular, incluindo um programa de subsídio ao aluguel de famílias com renda de até dois salários mínimos.

75 Investir na construção de casas populares por meio de cooperativas de trabalhadores e mutirões. A Prefeitura deve parar de dar dinheiro para grandes empreiteiras e oferecer capacitação técnica, por meio de convênios com entidades profissionais e instituições de ensino, para que o próprio povo construa suas residências. As unidades habitacionais também podem ser projetadas de maneira sustentável, utilizando tecnologias já comprovadas, como tijolo ecológico e energia solar.

76 Ajudar a população de rua a encontrar um lar. Em paralelo, construir espaços públicos para que esta população possa descansar, se higienizar e se alimentar com qualidade.

11. Comunicação

77 Defender a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão.

78 Estruturar a TV Cidade e criar a Rádio Cidade e um portal de notícias para além do site oficial da PMJP, realizando concursos públicos para profissionais da comunicação (jornalistas, radialistas, publicitários, designers, cineastas, etc.), como contribuição para a democratização dos meios de comunicação e para massificar a comunicação da Prefeitura com a população.

79 Apoiar a formação de rádios comunitárias, preservando sua autonomia frente ao poder público, inclusive dando suporte para a obtenção da outorga de funcionamento para transmissão em FM. Assim, as comunidades terão mais condições para apresentar suas demandas e para avançar no processo de democratização dos meios de comunicação.

12. Cultura, Esporte e Lazer

80 Entender a cultura como uma das mais autênticas formas de manifestação do pensamento e das tradições de um povo. Assim, é preciso criar a Secretaria Municipal de Cultura e estabelecer, também junto à Funjope, um canal direto e

democrático com os Fóruns Setoriais (cinema, música, dança, circo, literatura, artes plásticas, artes cênicas, cultura popular, etc.), movimentos, associações, pontos de cultura, entidades de classe, para que os próprios artistas profissionais formulem as diretrizes e execuções das atividades da área.

81 Aprimorar a organização das festas populares (Carnaval, São João, Festa das Neves, Semana da Criança, Natal, Réveillon, etc.), realizando-as não apenas nos espaços centrais da cidade, mas também nos bairros periféricos, e desenvolver um calendário de festivais e mostras nas diversas áreas.

82 Criar nas diversas regiões da cidade, especialmente nos bairros periféricos, centros de arte-educação para crianças, adolescentes e idosos. É preciso, especialmente, valorizar a cultura nordestina, popular, tradicional e da periferia.

83 Equipar e estimular os ensaios e concertos da Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa (OSMJP).

84 Garantir fiscalização, por parte do Procon-JP, ao direito dos estudantes à meia-entrada em eventos culturais e esportivos.

85 Promover atividades e eventos esportivos e de lazer em todas as regiões da cidade aproveitando a estrutura das escolas municipais, praças e parques.

86 Trabalhar na perspectiva de transformar todas as praças da cidade em ecopraças, a exemplo da iniciativa pioneira da comunidade do Jardim Oceania.

87 Incentivar o esporte amador na cidade, a exemplo da Copa de Futebol de Bairros, expandindo as ações para outras modalidades esportivas.

88 Estimular a prática esportiva das diversas modalidades dentro das escolas, bem como as competições interescolares.

89 Desenvolver um programa integrado entre as Secretarias (Esporte, Educação, Cultura, Direitos Humanos) e os grupos de capoeira organizados na cidade, para impulsionar a prática e dar visibilidade para esta que é uma das mais autênticas expressões da presença africana no Brasil.

13. Segurança

90 Melhoria e manutenção permanente da iluminação pública, especialmente nos bairros periféricos e no Centro Histórico.

91 Pôr fim à repressão aos trabalhadores informais no Centro da cidade. Garantir a organização de espaços na região a partir do encampamento de imóveis ociosos, dando-lhes função social.

92 Organizar a Guarda Civil Municipal como instrumento de salvaguarda dos equipamentos e espaços públicos, de prevenção à criminalidade contra a

população como um todo, especialmente nos casos de violência contra as mulheres, jovens, comunidade LGBTQT, negros e negras.

93 Realizar novos concursos para servidores efetivos da área de segurança, abrangendo também o cargo de bombeiro civil.

94 Executar os recursos destinados à defesa civil, transformando áreas de risco de deslizamentos e alagamentos em locais seguros para morar e transitar.